

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Deise Déda Araújo Nunes

A CPLP como Arena de Disputas Epistemológicas: A Renegociação do Conceito de
Lusofonia no Século XXI

Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo
2025

Deise Déda Araújo Nunes

A CPLP como Arena de Disputas Epistemológicas: A Renegociação do Conceito de
Lusofonia no Século XXI

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de BACHAREL em Relações Intercanionais, sob a orientação da profa., dra. Priscila Villela.

São Paulo

2025

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Nunes, Deise Déda Araújo
A CPLP como Arena de Disputas Epistemológicas: A Renegociação
do Conceito de Lusofonia no Século XXI. / Deise Déda Araújo
Nunes. -- São Paulo: [s.n.], 2025.
43p. ; cm.

Orientador: Priscila Villela.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Relações
Internacionais, 2025.

1. Comunidade de Países de Língua Portuguesa. 2.
Descolonização epistêmica. 3. Colonialidade do Poder. 4.
Lusofonia. I. Villela, Priscila. II. Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Trabalho de Conclusão de Curso para
Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDD

ERRATA

NUNES, Deise Déda Araújo. **A CPLP como Arena de Disputas Epistemológicas: A Renegociação do Conceito de Lusofonia no Século XXI.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se

Banca Examinadora

À comunidade da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo pelo apoio permanente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Priscila Villela, por acreditar na minha pesquisa e por guiar este processo com sensibilidade e confiança. A todos os professores, obrigada por transformarem minha experiência universitária em algo que fez meus olhos brilharem e meu pensamento florescer.

Aos meus pais, por acreditarem nos meus sonhos desde que me conheço por gente. Ao meu irmão Denner e à Luiza, obrigada por me acolherem e seguirem me apoiando em cada etapa. Ao meu irmão Deivid, por ser um porto seguro em meio às transições da vida; ao seu lado, São Paulo também virou casa. Aos meus avós, tios e primos (em especial Aline, Artur e Guilherme), por estarem sempre presentes, e ao tio Ézio, por transformar sua casa em meu lar.

Aos meus amigos de Sergipe, obrigada por continuarem sendo casa, mesmo de longe. Aos grupos Ohana, Respeito e Glória a Nois, por tornarem meus dias mais leves, mesmo à distância. À Ana Luiza, por estar comigo em meio ao caos e por sempre me apoiar nas madrugadas de estudo. À Julia Mikaelle, por fazer questão de ser e permanecer. À minha prima Louise, por ser mais que amiga — uma irmã. À Heloísa, por me lembrar sempre da importância de ter um lugar para voltar.

Aos meus amigos de São Paulo, principalmente aos Mais Gostosos, que tornaram a graduação mais leve e divertida. À Nicolle, à Sofia e às suas famílias, por me acolherem como parte das suas. Ao Time do Penta, por me mostrar um propósito que vai além do Movimento Empresa Júnior.

Aos meus amigos de Portugal, especialmente ao grupo Revoada, por me lembrarem nesta reta final que a vida pode — e deve — ser leve, mesmo diante das cobranças da vida adulta. À Maria, Catarina, Luca, Matteo e Tuy, obrigada por me ensinarem o valor do amor genuíno, sem fronteiras.

E, por fim, à Ana Onea, por estar sempre presente, mesmo de longe, e por dividir comigo as melhores conversas sobre idiomas, culturas e a vida.

(...) Lutar por liberdade é desconstruir mentiras construídas como verdades. Nós temos a palavra e vamos usá-la em sua potência máxima para desconstruir mentiras construídas ao longo de séculos (CHIZIANE, 2017).

RESUMO

NUNES, Deise Déda Araújo. **A CPLP como Arena de Disputas Epistemológicas: A Renegociação do Conceito de Lusofonia no Século XXI.**

Este trabalho investiga como o conceito de lusofonia tem sido disputado dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), identificando tanto mecanismos de reprodução de hierarquias coloniais quanto esforços de descolonização epistêmica. A pesquisa justifica-se pela lacuna existente nos estudos de Relações Internacionais que aplicam perspectivas decoloniais às organizações internacionais baseadas em afinidades linguísticas e culturais. A hipótese central sustenta que a CPLP funciona simultaneamente como espaço de manutenção de estruturas coloniais e como arena de contestação epistêmica. O arcabouço teórico articula os conceitos de colonialidade do poder e do saber (Quijano e Mignolo), as Epistemologias do Sul (Boaventura de Sousa Santos) e políticas linguísticas críticas (Shirley Silva). Metodologicamente, combina análise de discurso de documentos oficiais da CPLP, estudo comparativo de políticas culturais e linguísticas dos países-membros, e exame de iniciativas culturais específicas. Os resultados demonstram que: (1) as estruturas fundacionais da CPLP reproduzem assimetrias através da centralização institucional em Lisboa, dependência financeira luso-brasileira e controle editorial metropolitano; (2) o Acordo Ortográfico constitui campo de batalha epistêmica, evidenciado pela resistência angolana à ratificação e pelas hesitações moçambicanas, revelando tensões entre normatização eurocêntrica e realidades plurilíngues africanas; (3) emergem múltiplas formas de resistência epistêmica através da literatura africana (Paulina Chiziane, Mia Couto), produção acadêmica crítica, estratégias diplomáticas e movimentos sociais, embora enfrentem limites de cooptação institucional. A pesquisa conclui que a transformação da CPLP em direção a relações pós-coloniais horizontais exigiria redistribuição efetiva de poder decisório, recursos financeiros e autoridade epistêmica, enfrentando resistências dos atores que se beneficiam das hierarquias atuais.

Palavras-chave: CPLP; lusofonia; descolonização epistêmica; colonialidade do poder; políticas linguísticas.

ABSTRACT

NUNES, Deise Déda Araújo. **CPLP as an Arena of Epistemological Disputes: The Renegotiation of the Concept of Lusophony in the 21st Century.**

This study investigates how the concept of lusophony has been disputed within the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), identifying both mechanisms of reproduction of colonial hierarchies and efforts toward epistemological decolonization. The research is justified by the existing gap in International Relations studies that apply decolonial perspectives to international organizations based on linguistic and cultural affinities. The central hypothesis maintains that CPLP functions simultaneously as a space for maintaining colonial structures and as an arena for epistemological contestation. The theoretical framework articulates the concepts of coloniality of power and knowledge (Quijano and Mignolo), Epistemologies of the South (Boaventura de Sousa Santos), and critical language policies (Shirley Silva). Methodologically, it combines discourse analysis of CPLP official documents, comparative study of cultural and linguistic policies of member countries, and examination of specific cultural initiatives. The results demonstrate that: (1) CPLP's foundational structures reproduce asymmetries through institutional centralization in Lisbon, Luso-Brazilian financial dependence, and metropolitan editorial control; (2) the Orthographic Agreement constitutes an epistemological battlefield, evidenced by Angolan resistance to ratification and Mozambican hesitations, revealing tensions between Eurocentric standardization and African multilingual realities; (3) multiple forms of epistemological resistance emerge through African literature (Paulina Chiziane, Mia Couto), critical academic production, diplomatic strategies, and social movements, although they face limits of institutional cooptation. The research concludes that transforming CPLP toward horizontal post-colonial relations would require effective redistribution of decision-making power, financial resources, and epistemic authority, facing resistance from actors who benefit from current hierarchies.

Keywords: CPLP; lusophony; epistemological decolonization; coloniality of power; language policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
VOC	Vocabulário Ortográfico Comum

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2. Colonialidade nas Estruturas Fundacionais da CPLP.....	16
2.1 Retórica da Igualdade e Práticas Assimétricas.....	17
2.2 Centralização Geográfica, Dependência Financeira e Controle Editorial.....	18
2.3. Disputas Institucionais pela Promoção da Língua: Instituto Camões versus Instituto Guimarães Rosa.....	20
3. O Acordo Ortográfico como Campo de Batalha Epistêmica	23
3.1. Elaboração do Acordo: entre unificação e hierarquização	23
3.2. Reações e Questionamentos da Norma Metropolitana.....	24
3.3. Vocabulário Ortográfico Comum: democratização ou nova assimetria?.....	28
4. Resistências e Reconfigurações Epistêmicas no Espaço Lusófono.....	29
4.1. Literatura e Academia Africanas: produção de epistemes alternativas.....	29
4.2. Estratégias Diplomáticas, Movimentos Sociais e os Limites da Transformação ..	32
5. Considerações finais: possibilidades e limites da descolonização na CPLP	34
Referências Bibliográficas:.....	38

1. Introdução

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), estabelecida oficialmente em 17 de julho de 1996, reúne atualmente nove Estados-membros unidos pelo compartilhamento da língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Embora se apresente como um projeto de cooperação multilateral igualitário baseado em supostos laços históricos e culturais, as profundas assimetrias socioeconômicas, demográficas e geopolíticas entre seus membros, aliadas ao legado colonial que permeia suas relações, revelam tensões fundamentais que questionam o discurso oficial de "igual estatuto" entre os países.

Ao longo de quase três décadas de existência, a CPLP expandiu sua agenda para incluir temas como cooperação econômica, segurança alimentar, meio ambiente e circulação de pessoas. No entanto, as disputas em torno da promoção e normatização da língua portuguesa – especialmente apresentadas nos debates sobre o Acordo Ortográfico e nas políticas de internacionalização do idioma – evidenciam conflitos epistemológicos mais profundos sobre o que significa "lusofonia"¹ no século XXI. Estas disputas revelam como o conceito de lusofonia é constantemente renegociado e contestado por diferentes atores dentro da organização, funcionando simultaneamente como instrumento de manutenção de hierarquias coloniais e como arena de resistência epistêmica.

A partir disso, o problema central desta pesquisa investiga como o conceito de lusofonia tem sido disputado dentro da CPLP e de que maneira essa disputa revela tanto a persistência de hierarquias coloniais quanto esforços de descolonização epistêmica.

Embora haja uma vasta produção acadêmica sobre o funcionamento institucional da CPLP, são ainda raros os estudos que a examinam criticamente como espaço de reprodução de desigualdades históricas e epistemológicas. A literatura sobre a organização desenvolvida por estudiosos das Relações Internacionais e da Ciência Política enfatiza aspectos de concertação diplomática, eficiência organizacional e cooperação cultural, sem problematizar as hierarquias de poder embutidas nesses processos. Trabalhos como os de Saraiva (2012) e Freixo (2006) fornecem análises importantes sobre a evolução institucional da CPLP e seus mecanismos de

¹Embora o termo *lusofonia* seja empregado ao longo deste trabalho por razões analíticas e históricas, é importante reconhecer que seu uso tem sido progressivamente evitado em contextos diplomáticos e de cooperação internacional, especialmente por carregar conotações associadas ao passado colonial português. Há um movimento deliberado no âmbito da diplomacia brasileira de substituir o termo *lusofonia* por expressões consideradas mais neutras, como *Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)*. Tal mudança busca “esvaziar” o termo *lusofonia* de sua carga colonial e adequar o discurso institucional a uma perspectiva mais horizontal e descolonizada das relações entre os Estados-membros da CPLP.

governança, mas tendem a reproduzir uma perspectiva institucionalista que privilegia aspectos formais de funcionamento organizacional.

Cabe ainda apontar que as pesquisas a respeito do conceito de lusofonia têm sido dominadas pelo campo da linguística, com pouco investimento no tema entre estudiosos das Relações Internacionais. Nesse sentido, a aplicação de teorias críticas às organizações internacionais baseadas em afinidades culturais e linguísticas, como a CPLP, permanece subexplorada, especialmente quando consideramos as contribuições de diferentes autores da teoria decolonial (Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo e Boaventura de Sousa Santos) para compreender as dimensões de poder simbólico e epistêmico que atravessam esses arranjos multilaterais.

Uma corrente crítica emergente começa a questionar essa abordagem institucionalista convencional. Autores como António Pinto Ribeiro (2018) e Cristine Severo e Charlott Leviski (2019) oferecem leituras críticas importantes da lusofonia, demonstrando como o conceito pode funcionar como instrumento de poder cultural eurocentrado. Ribeiro, em *Para acabar de vez com a lusofonia*, sustenta que a CPLP reproduz dinâmicas de poder neocoloniais disfarçadas de integração cultural e linguística, posicionando Portugal como centro irradiador de cultura mesmo em arranjos que se apresentam como igualitários. Severo e Leviski, por sua vez, revelam como políticas de internacionalização da língua portuguesa operam segundo lógicas assimétricas que refletem e reforçam desigualdades estruturais entre os países da comunidade.

No entanto, embora esses autores avancem significativamente na crítica ao conceito de lusofonia, ainda não articulam com profundidade o debate sobre colonialidade e descolonização com o campo das Relações Internacionais. Permanece uma lacuna analítica na aplicação sistemática de perspectivas decoloniais ao estudo de organizações internacionais culturais-linguísticas, especialmente no que se refere à identificação de iniciativas de resistência epistêmica dentro desses espaços.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que a CPLP constitui uma arena de disputas epistemológicas, em que o conceito de "lusofonia" é constantemente renegociado e contestado por diferentes atores, revelando tensões entre a reprodução de estruturas coloniais e esforços de descolonização epistêmica. A partir de uma perspectiva decolonial, investiga-se como diferentes concepções de comunidade lusófona coexistem e competem no espaço institucional da CPLP, examinando tanto os mecanismos de manutenção de hierarquias quanto as iniciativas que as desafiam.

Para tanto, mobiliza-se um arcabouço teórico decolonial que articula três eixos analíticos complementares. Primeiro, os conceitos de "colonialidade do poder" e "colonialidade

do saber" desenvolvidos por Aníbal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2010) oferecem ferramentas para compreender como estruturas de dominação colonial persistem na contemporaneidade através de hierarquias raciais, culturais e epistêmicas. Quijano demonstra como essas estruturas continuam organizando relações sociais, econômicas e políticas globais mesmo após o fim formal do colonialismo, conceito particularmente relevante para analisar as dinâmicas institucionais da CPLP. Mignolo amplia essa perspectiva com a noção de colonialidade do saber e propõe ferramentas como "pensamento fronteiro" e "desobediência epistêmica" para identificar como atores subalternizados podem articular conhecimentos que desafiam narrativas dominantes.

Em seguida, as perspectivas das "Epistemologias do Sul", desenvolvidas especialmente por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, complementam o quadro teórico ao proporem valorização de saberes historicamente marginalizados e crítica às monoculturas do conhecimento eurocentrado, oferecendo instrumentos metodológicos para analisar como diferentes concepções de lusofonia coexistem e competem no espaço da CPLP (SANTOS; MENESES, 2010; SANTOS, 2019). Por fim, as contribuições de Shirley Adriana Sousa Silva sobre políticas linguísticas críticas no espaço lusófono aplicam essas perspectivas decoloniais especificamente às decisões sobre normatização e ensino da língua portuguesa na CPLP, examinando como essas políticas frequentemente reproduzem assimetrias de poder e propondo estratégias de resistência epistêmica (SILVA, 2019).

O objetivo geral é examinar como o conceito de lusofonia tem sido disputado dentro da CPLP, identificando tanto mecanismos de reprodução de hierarquias coloniais quanto esforços de descolonização epistêmica. Os objetivos específicos incluem: examinar discursos oficiais e documentos da CPLP desde sua fundação, identificando transformações nas concepções de lusofonia; analisar os embates em torno do Acordo Ortográfico como manifestação de conflitos epistemológicos sobre normatização linguística; e identificar iniciativas culturais que reforcem ou desafiem concepções eurocêntricas da lusofonia.

Os procedimentos metodológicos combinam três abordagens complementares: análise de discurso de documentos oficiais da CPLP, declarações de cúpulas e pronunciamentos diplomáticos para mapear transformações discursivas sobre lusofonia; estudo comparativo de políticas culturais e linguísticas dos países-membros para identificar diferentes concepções de comunidade lusófona; e exame de iniciativas culturais específicas da CPLP que ilustram tensões entre reprodução e contestação de hierarquias epistêmicas.

A relevância desta pesquisa para o campo das Relações Internacionais reside em sua capacidade de propor uma articulação mais sistemática entre os aportes da teoria decolonial e

os estudos de organizações internacionais, oferecendo uma leitura crítica sobre como arranjos multilaterais baseados em afinidades linguísticas e culturais podem tanto reproduzir quanto desafiar estruturas de poder global. Ao focar nos países do Sul Global e na disputa pelo significado da lusofonia, o estudo se insere nos debates contemporâneos sobre descolonização, multipolaridade e reforma da governança global. Além disso, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão do papel das identidades culturais e linguísticas na configuração do sistema internacional, especialmente em um contexto de questionamento das estruturas de poder herdadas do período colonial.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, "Colonialidade nas estruturas fundacionais da CPLP", analisa-se como os documentos fundacionais da organização e sua estrutura institucional reproduzem assimetrias de poder colonial através de mecanismos multilaterais formais mas bilaterais na prática, centralização geográfica e financeira, e disputas pelo protagonismo na promoção da língua; na segunda seção, "O Acordo Ortográfico como campo de batalha epistêmica", examina-se os embates sobre normatização linguística como manifestações concretas de conflitos epistemológicos mais amplos sobre o significado da lusofonia; na terceira seção, "Resistências e reconfigurações epistêmicas no espaço lusófono", identificam-se múltiplas formas de contestação e reconfiguração epistêmica que emergem através da literatura, academia, diplomacia e movimentos sociais; por fim, nas considerações finais, apresentam-se reflexões sobre as possibilidades e limites da transformação da CPLP em direção a relações genuinamente pós-coloniais e horizontais entre seus membros.

2. Colonialidade nas Estruturas Fundacionais da CPLP

A criação da CPLP foi acompanhada por uma retórica fortemente marcada por ideais de solidariedade, afinidade cultural e promoção de uma identidade comum baseada na língua portuguesa. Em seus documentos fundacionais — especialmente o Estatuto da CPLP (2007) e a Declaração Constitutiva (1996) —, observa-se a construção discursiva de uma "comunidade de iguais" que teria na língua o principal elo de união entre Estados soberanos. No entanto, a análise crítica desses textos revela tensões constitutivas entre o ideal de cooperação horizontal e a reprodução implícita de hierarquias coloniais, evidenciando a tendência de apresentar como universais determinados padrões de poder e conhecimento que, na verdade, têm origem em experiências históricas eurocentradas (SANTOS, 2019).

2.1 Retórica da Igualdade e Práticas Assimétricas

A CPLP nasce, portanto, sob dois símbolos: o da solidariedade pós-colonial e da nostalgia imperial. De modo análogo ao que Ricardo Salles (2013) demonstra para o caso brasileiro, essa nostalgia não representa apenas um sentimento individual de saudade do passado, mas constitui um projeto político de continuidade das estruturas de poder colonial em novas condições históricas, operando através da construção de uma identidade coletiva que naturaliza hierarquias herdadas do período colonial.

Essa ambivalência é visível na própria concepção de "lusofonia", termo que, ainda que mobilizado como instrumento de diplomacia cultural, traz consigo as marcas de um imaginário colonial. Como aponta António Pinto Ribeiro, "lusofonia" é menos uma categoria neutra de pertencimento e mais uma estratégia de prolongamento simbólico do império português em novas condições históricas (RIBEIRO, 2018). Ao reivindicar a herança cultural comum como base de uma cooperação igualitária, Portugal reposiciona-se como centro difusor de uma "civilização lusófona", atribuindo-se um papel tutelar sobre os demais países que outrora foram colônias.

Ainda que a CPLP se apresente formalmente como uma organização multilateral, seu funcionamento efetivo tem privilegiado relações bilaterais não apenas entre Portugal e os demais membros, mas também entre o Brasil e países africanos de língua portuguesa. Essa configuração reflete não apenas a inércia das antigas redes coloniais, mas também a dificuldade estrutural de construir dinâmicas genuinamente multilaterais que envolvam todos os países-membros de forma equilibrada. Essa tendência bilateral pode ser interpretada como uma estratégia de gestão da assimetria, na qual Portugal mantém sua influência ao lidar separadamente com cada parceiro, para evitar a consolidação de uma frente política ou epistêmica do Sul Global dentro da Comunidade. Entretanto, essa estratégia também revela a relevância brasileira na organização e questiona as hierarquias estabelecidas e históricas, já que o país mantém relações com os outros países da CPLP para o progresso em diversas áreas.

A preponderância das relações bilaterais sobre iniciativas multilaterais é evidenciada pela concentração de acordos de cooperação cultural, educacional e linguística que seguem um padrão radial, com Portugal e Brasil ocupando posições centrais e os países africanos e Timor-Leste conectando-se a eles de forma individualizada, em detrimento de projetos que envolvam articulações horizontais entre os países. Como observa Freixo, a cooperação multilateral no âmbito da CPLP é frequentemente substituída por "entendimentos diretos" ou "acordos técnicos

específicos", o que contribui para a fragmentação das iniciativas e reforça a dependência institucional em relação aos centros de poder estabelecidos (FREIXO, 2006).

No caso brasileiro, Saraiva destaca que a tendência a essas relações bilaterais se inserem em uma política externa mais ampla voltada para a África, na qual a língua portuguesa funciona como instrumento de aproximação política e econômica (SARAIVA, 2012). No entanto, embora essa estratégia busque diferenciar-se da postura lusitana ao enfatizar a "cooperação Sul-Sul", ainda opera dentro de molduras que reproduzem assimetrias, uma vez que o Brasil, por sua dimensão territorial, demográfica e econômica, inevitavelmente ocupa uma posição de maior peso nas negociações bilaterais com países como Guiné-Bissau, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe.

Essas dinâmicas implicam a perpetuação de relações coloniais sob novas formas institucionais, onde a CPLP funciona menos como espaço de diálogo horizontal entre nações soberanas e mais como arena de reafirmação de hierarquias herdadas do colonialismo. A arquitetura bilateral predominante na Comunidade impede a emergência de uma agenda verdadeiramente pós-colonial, na medida em que fragmenta o potencial político dos países africanos e Timor-Leste, impedindo-os de articular posições coletivas que possam contestar as assimetrias estruturais. Além disso, a instrumentalização da língua portuguesa como veículo de influência geopolítica por Portugal e Brasil revela que, sob o discurso da solidariedade cultural, opera-se uma disputa por zonas de influência que atualiza, em termos contemporâneos, as lógicas imperiais de domínio.

2.2 Centralização Geográfica, Dependência Financeira e Controle Editorial

Essa assimetria não se expressa apenas na diplomacia, mas também na estrutura organizacional da CPLP e em sua dependência financeira estrutural. O poder institucional concentrado em Lisboa opera em conjunto com o controle dos recursos financeiros, perpetuando hierarquias coloniais. O Secretariado Executivo e a Direção Geral estão sediados em Lisboa (CPLP, 2021, p. 10), enquanto o financiamento depende de "contribuições obrigatórias dos Estados-membros" e do Fundo Especial (CPLP, 2024). Embora haja alternância de nacionalidades no cargo de Secretário Executivo, seguindo o princípio de rotatividade previsto nos estatutos da organização, a formação dos titulares revela padrão eurocêntrico: cinco dos dez secretários desde 1996 formaram-se em universidades europeias — três exclusivamente em Portugal (Murade Murargy em Direito pela Universidade de Lisboa, Francisco Ribeiro Telles em História pela Universidade Clássica de Lisboa, e Zacarias da Costa

em Humanidades pela Universidade Católica Portuguesa), uma na França e Ucrânia (Maria do Carmo Silveira, com Master pela ENA de Estrasburgo e Master em Economia pela Universidade de Donetsk), e um na Ucrânia (Domingos Simões Pereira, Engenheiro pelo Instituto de Engenharia de Odessa) (CPLP, 2024). Além disso, dos 122 Observadores Consultivos em 2024, 58,2% estão sediados em Portugal (CPLP, 2024), contribuindo para a influência portuguesa na configuração da organização.

Essa tendência evidencia a persistência de um *habitus* institucional eurocentrado, no qual a legitimidade técnica e política é associada à formação acadêmica europeia e à capacidade de operar dentro de lógicas burocráticas herdadas da administração colonial. A ausência de uma epistemologia institucional plural, que incorpore perspectivas africanas, asiáticas e ameríndias sobre cooperação, linguagem e cultura, contribui para que o discurso da CPLP se mantenha preso a uma lógica vertical de produção de conhecimento (MIGNOLO, 2010). Além disso, o próprio Secretariado Executivo da CPLP está sediado em Lisboa, configuração que já indica uma centralização geográfica portuguesa na estrutura organizacional. Essa escolha de sede não é meramente técnica ou logística; ela carrega implicações simbólicas e práticas que reforçam a posição de Portugal como centro da comunidade lusófona.

A dimensão financeira da organização aprofunda ainda mais essa dependência estrutural. A maior parte do financiamento das atividades culturais e linguísticas da CPLP provém de fundos portugueses e, em menor grau, brasileiros, frequentemente complementados por parcerias com editoras, institutos e empresas privadas com sede em Lisboa e, secundariamente, em São Paulo e Rio de Janeiro. Esse modelo de financiamento não apenas reproduz a centralidade luso-brasileira, como também estabelece critérios de legitimidade cultural mediados pelo mercado editorial desses dois países.

O envolvimento do setor privado lusitano — especialmente grandes editoras como Leya, Porto Editora e Grupo Almedina — e brasileiro — como Companhia das Letras, Record e Editora Globo — nas políticas de promoção da língua e da literatura lusófonas cria uma dinâmica em que os padrões estéticos e linguísticos portugueses e brasileiros funcionam como referência para o que é considerado "literatura de qualidade" ou "norma culta" no espaço lusófono. Projetos literários, conferências acadêmicas e programas de intercâmbio tendem a ser estruturados em torno das mesmas referências metropolitanas, afastando as tradições intelectuais africanas e asiáticas que compõem o mundo lusófono.

O Plano Operacional para a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa (2021-2026), documento oficial do Secretariado Executivo da CPLP, exemplifica de forma clara essa dinâmica ao estabelecer como uma de suas estratégias centrais a articulação com o campo

editorial. No Eixo II do Plano, dedicado ao "Português, Língua de Cultura e de Economia Criativa", prevê-se explicitamente o "apoio à formação dos profissionais em toda a cadeia da produção do livro" e a "promoção da circulação de obras de escritores de língua portuguesa" (CPLP, 2021, p. 20-23). Essas ações, embora apresentadas como iniciativas de cooperação multilateral, dependem estruturalmente de editoras com capacidade de distribuição internacional, que são, em sua maioria, empresas portuguesas e brasileiras. O Plano também prevê o "incentivo à participação em feiras internacionais do livro" e "apoio à realização da Feira do Livro da CPLP" (CPLP, 2021, p. 20), eventos que historicamente têm sido dominados por editoras metropolitanas, que possuem maior capital simbólico e econômico para projetar seus catálogos internacionalmente.

Além disso, o documento estabelece como meta a "promoção da produção e a circulação de textos literários, técnicos e científicos dos diferentes Estados-Membros da CPLP no ensino-aprendizagem da língua portuguesa" (CPLP, 2021, p. 13), mas não especifica mecanismos concretos para garantir que essa produção não seja filtrada pelos critérios estéticos e normativos das editoras dominantes. Na prática, a produção literária e didática dos países africanos e de Timor-Leste enfrenta barreiras significativas de acesso aos circuitos de legitimação cultural controlados por Portugal e Brasil.

Assim, a CPLP perpetua o que Walter Mignolo descreve como "colonialidade do saber" — a naturalização de uma hierarquia global de conhecimento que posiciona a Europa (e, por extensão, o Brasil como potência regional) como produtora de epistemologias e o Sul Global como mero repositório de experiências (MIGNOLO, 2011). A movimentação de capital no campo editorial lusófono, longe de ser neutra ou meramente econômica, funciona como mecanismo de controle simbólico sobre o que é considerado "boa literatura" ou "conhecimento válido" no espaço da CPLP.

2.3. Disputas Institucionais pela Promoção da Língua: Instituto Camões versus Instituto Guimarães Rosa

Essa centralidade luso-brasileira é institucionalmente reforçada pela atuação de dois órgãos nacionais de promoção da língua portuguesa: o Instituto Camões, de Portugal, e o Instituto Guimarães Rosa, do Brasil. Criado em 1992, o Instituto Camões foi estabelecido para "assegurar a orientação, coordenação e execução da política cultural externa de Portugal", especialmente da difusão da língua portuguesa (INSTITUTO CAMÕES, 2024). Ao longo de mais de três décadas, a instituição construiu uma rede ampla de centros culturais e acordos universitários com países de todos os continentes, consolidando-se como o principal agente de

promoção do português no espaço global. Além dos centros culturais, o Instituto mantém leitorados em universidades de diversos países, o que representa a sua capilaridade institucional e influência significativa sobre como a língua e a cultura portuguesas são ensinadas e percebidas globalmente.

Em termos de recursos financeiros, em 2025, o Instituto Camões dispõe de 50,4 milhões de euros destinados à cooperação internacional e 39,3 milhões de euros especificamente para a promoção da língua portuguesa, totalizando aproximadamente 90 milhões de euros anuais (PORTUGAL, 2024). Esse orçamento robusto garante não apenas a manutenção de sua extensa rede física, mas também o financiamento de bolsas de estudo, programas de formação de professores, publicações acadêmicas e eventos culturais que consolidam os padrões portugueses como referência no espaço lusófono.

Em contraste, o Instituto Guimarães Rosa, criado em 2022 pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (BRASIL, 2023), ainda se encontra em fase inicial de consolidação. Com apenas três anos de existência, o instituto brasileiro enfrenta o desafio de construir uma presença internacional comparável à do Camões. Embora o Brasil busque projetar uma imagem de "português global" mais plural e culturalmente diversificado, sintonizada com os processos de descolonização simbólica e com as dinâmicas do Sul Global, seu Instituto ainda carece de infraestrutura, recursos financeiros e reconhecimento internacional necessários para competir efetivamente com seu semelhante português. Nesse contexto, Bagno e Carvalho (2015) defendem que o fortalecimento do português brasileiro demanda uma política linguística estruturada:

O potencial do português brasileiro como língua internacional depende de uma política linguística explícita da parte do Estado brasileiro. Uma política linguística que se volte tanto para dentro quanto para fora. Para dentro: reconhecendo a autonomia da nossa língua majoritária, reconhecendo que se trata de uma língua de pleno direito, (...) que deve ser promovida, dentro do Brasil, sem a constante assombração do português europeu como um fantasma colonial que nos intimida e que nos proíbe de falar como falamos. Uma política linguística interna que combata as formas de discriminação pela linguagem (...). Que estimule a produção de obras didáticas voltadas para o ensino realista e honesto da língua (...) (BAGNO; CARVALHO, 2015, p.23)

No entanto, essa potencialidade ainda não se traduziu em políticas internas e externas efetivas capazes de superar a hegemonia do padrão lusitano no espaço da CPLP e consolidar a exportação do português brasileiro como variante legítima e autônoma no cenário internacional.

Essa discrepância ilustra de forma emblemática as hierarquias simbólicas que estruturam o espaço lusófono: enquanto o Brasil busca articular uma narrativa alternativa sobre

a língua portuguesa — que reconheça suas variações e incorpore as contribuições das múltiplas culturas que a compõem —, Portugal continua a reivindicar autoridade sobre a norma linguística e sobre a narrativa histórica oficial da língua. A disputa simbólica entre o Instituto Camões e o Instituto Guimarães Rosa espelha, em nível institucional, a disputa epistemológica mais ampla que atravessa toda a CPLP. O primeiro encarna a continuidade da tradição metropolitana e a reprodução de uma "lusofonia ilustrada", centrada na língua como veículo de civilização e modernidade ocidental. O segundo, ainda em consolidação, propõe uma abordagem potencialmente mais dialógica e culturalmente híbrida, que poderia incorporar as perspectivas do Sul Global. No entanto, mesmo esse esforço brasileiro ainda opera dentro de molduras diplomáticas e epistemológicas herdadas da tradição ocidental, o que revela o quanto o processo de "desobediência epistêmica", conforme propõe Mignolo, é gradual, contraditório e incompleto (MIGNOLO, 2010).

A análise dos discursos fundacionais da CPLP, portanto, evidencia que o projeto de "comunidade lusófona" foi concebido sob um imaginário de integração que esconde, sob a retórica da igualdade, uma estrutura de poder profundamente assimétrica. As decisões sobre a língua, a cultura e o conhecimento permanecem ancoradas em instituições e lógicas coloniais que situam Portugal e, secundariamente, o Brasil como polos irradiadores, e os demais países como receptores de uma herança a ser preservada. Essa assimetria se materializa nas estruturas organizacionais e nos instrumentos de regulação linguística que sustentam a CPLP.

A localização do Secretariado Executivo em Lisboa, o financiamento predominantemente luso-brasileiro das atividades culturais, o envolvimento privilegiado de editoras metropolitanas nas políticas de promoção da língua — conforme explicitado no Plano Operacional (2021-2026) (CPLP, 2021) —, e a supremacia institucional do Instituto Camões sobre o recém-criado Instituto Guimarães Rosa são expressões concretas dessa hierarquia. Como demonstra Quijano, essas estruturas de poder não são meros resíduos do colonialismo histórico, mas constituem a própria "colonialidade do poder" que organiza as relações contemporâneas entre esses países segundo padrões raciais, culturais e epistêmicos herdados do período colonial (QUIJANO, 2009). Ao mesmo tempo, é justamente nessa estrutura hierárquica que emergem fissuras e tensões que se tornam visíveis nas políticas de normatização linguística, especialmente no caso do Acordo Ortográfico, que funciona como microcosmo das contradições epistêmicas da lusofonia.

Essa estrutura institucional não apenas desvaloriza as línguas nacionais e as práticas culturais locais dos países africanos e Timor-Leste, mas também cria uma dependência material duradoura — seja através de bolsas de estudo, formação de professores, materiais didáticos ou

certificações de proficiência controladas por instituições portuguesas. A diferença brutal de recursos entre o Instituto Camões e a quase inexistência de instituições equivalentes nas ex-colônias consolida uma relação que, embora formalmente igualitária no discurso da CPLP, reproduz na prática a hierarquia colonial: as ex-colônias permanecem vistas como espaços que precisam da correção metropolitana, enquanto suas formas de falar português são consideradas erradas ou inferiores, e o acesso ao prestígio intelectual e profissional continua dependente da adoção dos padrões europeus.

3. O Acordo Ortográfico como Campo de Batalha Epistêmica

As hierarquias estruturais identificadas na formação da CPLP não permanecem como abstrações institucionais; elas se manifestam concretamente nas políticas linguísticas da organização, especialmente no processo de elaboração, negociação e (não) implementação do Acordo Ortográfico de 1990. A análise deste caso permite observar como as assimetrias de poder se traduzem em decisões técnicas aparentemente neutras, revelando a língua como território privilegiado de disputas epistêmicas sobre legitimidade, autoridade e pertencimento no espaço lusófono.

3.1. Elaboração do Acordo: entre unificação e hierarquização

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, por representantes oficiais dos então sete países-membros da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe), com a presença de observadores da Galiza. O documento tinha como objetivo declarado criar uma ortografia unificada da língua portuguesa, eliminando as diferenças gráficas que perduravam desde a reforma ortográfica portuguesa de 1911, à qual o Brasil não aderiu. Essa duplicidade ortográfica — com Portugal e as ex-colônias africanas seguindo uma norma e o Brasil outra — era apresentada pelos defensores da unificação como um "obstáculo" à projeção internacional do português e à sua afirmação como língua de ciência, cultura e diplomacia global.

O discurso oficial que sustentou a elaboração e promoção do Acordo baseava-se em três argumentos principais: a necessidade de "fortalecer a unidade da língua portuguesa"; a urgência de "facilitar o intercâmbio cultural e científico" entre os países lusófonos; e a conveniência estratégica de "aumentar o prestígio internacional" do português ao apresentá-lo como língua unificada nas organizações internacionais. Como observa o Plano Operacional para a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa (2021-2026), a unificação ortográfica era vista como condição

para "elevar o status da língua portuguesa no mundo" e para consolidar sua presença em fóruns multilaterais como a ONU, a União Africana e outras instituições (CPLP, 2021, p. 3).

No entanto, essa retórica integracionista ocultava assimetrias profundas no processo de elaboração do próprio Acordo. As línguas constituem construções políticas que, ao mesmo tempo, surgem a partir de dinâmicas de poder situadas historicamente e funcionam como instrumentos para atender a determinados interesses políticos e econômicos. Como argumentam Severo e Makoni (SEVERO; MAKONI, 2015). Essa assimetria no processo decisório já prenunciava as resistências que emergiriam nas décadas seguintes.

3.2. Reações e Questionamentos da Norma Metropolitana

A trajetória de implementação do Acordo Ortográfico nos diferentes países da CPLP revela não apenas diferenças de capacidade técnica e financeira, mas sobretudo divergências políticas e epistêmicas sobre o próprio projeto de unificação linguística. Enquanto Portugal (2009), Brasil (2009), Cabo Verde (2009) e São Tomé e Príncipe (2006) ratificaram e implementaram o Acordo com relativa rapidez — ainda que com resistências internas significativas, especialmente em Portugal e no Brasil —, Angola e Moçambique adotaram posturas de resistência ou hesitação que merecem análise detalhada.

Angola destaca-se como o único país da CPLP que, até o presente momento, não ratificou o Acordo Ortográfico. Essa recusa expressa posicionamentos políticos e epistêmicos que questionam os fundamentos do projeto integrador. E, não é por acaso que, durante o Conselho Extraordinário de Ministros da CPLP em 2012, Angola apresentou um parecer oficial detalhando as suas reservas ao Acordo. O documento apontava quatro "entraves" principais à ratificação: discordâncias quanto à fixação ortográfica de palavras originárias das línguas nacionais angolanas; a identificação de "lapsos" no texto do Acordo que deveriam ser "retificados"; os elevados custos financeiros que a implementação representaria para o sistema educacional angolano; e a dificuldade em formar professores e adaptar estudantes às novas regras ortográficas.

A primeira objeção é particularmente reveladora das tensões epistêmicas que atravessam a lusofonia e a padronização da língua que, como argumentado por Shirley Silva: "(...) não apenas aprofundam as desigualdades existentes, mas também criam um ambiente de exclusão e de discriminação, perpetuando a marginalização desses grupos" (SILVA, 2024, p. 2). Angola argumentava que o Acordo não contemplava adequadamente as especificidades das línguas bantas, cujas palavras são incorporadas ao português angolano de formas que não se enquadram nas regras fonético-ortográficas estabelecidas pelo texto de 1990. O parecer

angolano destacava "a falta de cooperação efetiva entre a língua portuguesa e a linguística bantu" como um dos obstáculos centrais, apontando para uma questão fundamental: o Acordo Ortográfico pressupõe um modelo de língua portuguesa que toma como referência as variedades europeias e brasileiras, marginalizando as realidades africanas marcadas pelo multilinguismo e pela hibridização com línguas autóctones.

Além disso, Angola lançou uma campanha denominada "Retificar para ratificar", sinalizando que a ratificação dependeria de modificações substanciais no texto do Acordo. Essa postura contrasta radicalmente com a atitude de outros países que aceitaram o documento tal como estava, mesmo com reservas internas. A exigência angolana de "retificações" implica reivindicar uma posição de igualdade no processo decisório sobre a norma linguística, recusando o papel de mero receptor passivo de decisões tomadas nas antigas metrópoles. Essa resistência pode ser interpretada como uma forma de "desobediência epistêmica" (MIGNOLO, 2010) diante de um projeto normatizador que desconsidera a pluralidade constitutiva do português africano.

Moçambique, por sua vez, adotou uma postura mais ambígua, já que em 2012, após anos de hesitação, ratificou o Acordo, mas sua implementação prática tem sido extremamente lenta e seletiva. A linguista moçambicana Perpétua Gonçalves tem apontado em diversos trabalhos que o português moçambicano apresenta especificidades fonológicas, lexicais e sintáticas que o diferenciam significativamente das variedades europeias e brasileiras, sendo fortemente influenciado pelas línguas bantas do país. A imposição de uma ortografia unificada que não reconhece essas especificidades pode funcionar, na prática, como um mecanismo de deslegitimação das variantes locais.

Como observam Severo e Leviski,

Ao colocarmos em relação tais perspectivas [complexidade linguística local e políticas da CPLP/Brasil/Portugal], evidenciamos tensões e assimetrias, que tendem a favorecer as políticas institucionalizadas CPLP e governos português e brasileiro em detrimento das demandas e da realidade linguística local (SEVERO, LEVISKI, 2019, p.13)

No contexto moçambicano, a ratificação do Acordo não significou necessariamente sua aceitação social ou sua implementação efetiva nas práticas escolares e administrativas, revelando uma forma de resistência silenciosa que opera através da não-aplicação prática das normas oficialmente adotadas.

É importante destacar que as resistências ao Acordo Ortográfico não se restringiram aos países africanos. Tanto em Portugal quanto no Brasil, a implementação do documento provocou

intensos debates públicos e oposições significativas, embora com motivações e contornos distintos dos casos africanos.

Em Portugal, a implementação do Acordo em 2009 gerou forte reação de setores intelectuais, acadêmicos e editoriais que o consideravam uma "cedência" excessiva à norma brasileira e um atentado contra a "pureza" e a "tradição" da língua portuguesa. Escritores, linguistas e jornalistas mobilizaram-se em movimentos como a "Plataforma Contra o Acordo Ortográfico", argumentando que as mudanças ortográficas "descaracterizavam" o português europeu e representavam uma subordinação cultural ao Brasil. Essa resistência portuguesa revela, paradoxalmente, ansiedades pós-imperiais relacionadas à perda de centralidade de Portugal no espaço lusófono. Essa dimensão política da língua como instrumento de poder é explicitada por Bagno (2008) ao afirmar que:

A linguagem é um importantíssimo elemento de dominação sociocultural e política, talvez o mais importante instrumento de dominação e opressão. Quem está no poder quer continuar nele e, para isso, a maneira de falar dos poderosos, dos privilegiados, se transforma numa arma de defesa do poder contra a eventual insurreição dos oprimidos (BAGNO, 2008, n.p.)

No Brasil, a resistência veio principalmente de setores conservadores da academia e da imprensa que viam no Acordo uma imposição desnecessária e uma "complicação" de regras ortográficas já estabelecidas. Diferentemente de Portugal, onde a resistência tinha tons de defesa de uma identidade linguística ameaçada, no Brasil a oposição manifestava-se mais como indiferença ou pragmatismo. Essa atitude brasileira, embora crítica ao Acordo, não questiona necessariamente as assimetrias de poder no espaço lusófono; pelo contrário, pode reforçá-las ao reivindicar para o Brasil uma posição de hegemonia demográfica e econômica. Ao criticar a lusofonia como uma forma de neocolonialismo, Ribeiro (2018) sugere que essa resistência brasileira ao Acordo pode ser vista como uma afirmação de sua autonomia e uma recusa em se submeter a uma estratégia que não reconhece a proeminência de sua variante linguística.

Um dos pontos centrais das resistências africanas ao Acordo Ortográfico — particularmente evidente no caso angolano — diz respeito à relação entre o português e as línguas nacionais africanas. Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe são países fundamentalmente plurilíngues, onde o português coexiste com dezenas de línguas bantas, crioulas e outras. Nesse contexto, o português funciona muitas vezes como língua segunda ou terceira, aprendida na escola e utilizada em contextos formais, enquanto as línguas nacionais dominam as esferas familiares, comunitárias e cotidianas. Essa imposição demonstra o que a Sueli Carneiro denomina como epistemicídio: um processo sistemático de

deslegitimação e eliminação de saberes, cosmologias e formas de conhecer o mundo dos povos negros e colonizados através da educação formal (CARNEIRO, 2005). Nas escolas desses países, crianças que chegam falando umbundu, kimbundu, kikongo ou outras línguas nacionais são confrontadas não apenas com a obrigatoriedade de aprender português, mas com a imposição de um português europeu que nega tanto suas línguas maternas quanto as variantes locais do português que já incorporam elementos linguísticos africanos. Esse duplo apagamento — das línguas nacionais e das formas africanas de falar português — configura um epistemicídio que opera pela via educacional, transformando a escola em espaço de reprodução da colonialidade do saber ao desqualificar todo conhecimento linguístico que não corresponde ao padrão metropolitano.

O Acordo Ortográfico de 1990, ao estabelecer regras de grafia baseadas em critérios fonéticos do português europeu e brasileiro, ignora completamente as realidades fonológicas e lexicais dos contextos africanos plurilíngues. Como aponta Timbane:

Numa “breve avaliação crítica da CPLP: o projeto, os estatutos, seus mecanismos”, Mourão (2008) demonstra que a CPLP nada se interessa pelas línguas autóctones dos países membros. Não há interesse e nem alusão a nada sobre as mais de 200 línguas faladas na CPLP. O art. 5o dos Estatutos da CPLP estabelece o “respeito pela sua identidade nacional”, mas em nada ajudam nem incentivam na valorização e no uso das línguas autóctones (...). [Essas línguas] são invisíveis no seio da CPLP, como se não existissem, como se os falantes dessas línguas não fossem pertencentes à comunidade, tal como demonstrou no “Ciclo de debates da internacionalização da LP após a conquista do dia mundial” organizado pela CPLP em maio de 2021. (TIMBANE, 2022, p. 8 e 9)

Palavras de origem banta incorporadas ao português angolano e moçambicano, por exemplo, frequentemente não se enquadram nas regras ortográficas estabelecidas pelo Acordo, criando situações de indefinição normativa ou imposição artificial de grafias que não correspondem às pronúncias locais. Essa perspectiva pluricêntrica, que reconhece a existência de múltiplos "centros" normativos no espaço lusófono, contrasta radicalmente com o projeto unificacionista do Acordo Ortográfico, que pressupõe a possibilidade e a desejabilidade de uma norma única.

Além disso, a implementação do Acordo em contextos educacionais africanos implica custos financeiros e humanos significativos. Angola apontou explicitamente "o encargo que representa a mudança de manuais escolares" e "a dificuldade em formar professores" como obstáculos práticos à implementação. Como observa Amorim et al., a imposição de normas ortográficas metropolitanas em contextos africanos pode desviar recursos escassos de políticas linguísticas mais urgentes, como a alfabetização em línguas maternas e o desenvolvimento de

materiais didáticos culturalmente relevantes (AMORIM; BALTAZAR; SOARES, 2020). Para países com recursos educacionais limitados e grandes desafios de alfabetização e escolarização, a prioridade de investir na adaptação de materiais didáticos ao Acordo Ortográfico pode parecer questionável diante de necessidades mais urgentes.

3.3. Vocabulário Ortográfico Comum: democratização ou nova assimetria?

Diante das resistências e dificuldades de implementação do Acordo Ortográfico, a CPLP promoveu, através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a elaboração de um Vocabulário Ortográfico Comum (VOC), lançado em 2017. O VOC é apresentado como ferramenta para operacionalizar o Acordo, reunindo os vocabulários ortográficos nacionais de cada país-membro em uma plataforma digital unificada. Na sua primeira fase, o VOC integrou os vocabulários de Cabo Verde, Moçambique, Timor-Leste, Brasil e Portugal, totalizando 250 mil palavras.

Contudo, a própria trajetória do VOC revela as persistentes assimetrias no espaço lusófono. Angola e Guiné-Bissau ainda não dispõem de vocabulários nacionais incorporados ao VOC, reproduzindo sua marginalização no processo de definição da norma ortográfica. Além disso, a elaboração de vocabulários nacionais exige capacidade técnica, recursos humanos qualificados e investimentos financeiros de que os países africanos frequentemente não dispõem, criando uma dependência estrutural em relação a Portugal e ao Brasil para a própria participação no projeto de unificação linguística. Como Severo e Leviski argumentam, iniciativas como o Vocabulário Ortográfico Comum, embora se apresentem como instrumentos de democratização da norma linguística, na prática podem reforçar hierarquias ao estabelecerem critérios de legitimidade que favorecem os países com maior infraestrutura linguística e acadêmica (SEVERO; LEVISKI, 2019). O VOC, nessa perspectiva, funciona menos como solução para as assimetrias do que como sua atualização em formato digital.

Essas tensões revelam que a língua portuguesa está longe de ser um "patrimônio comum" neutro e despolitizado, e constitui um território de intensas disputas epistêmicas, políticas e identitárias. As diferentes posições assumidas pelos países da CPLP — desde a defesa do Acordo por Portugal e Brasil (ainda que com resistências internas) até a recusa angolana e as hesitações moçambicanas — demonstram que o projeto de "unificação" linguística encobre, na verdade, conflitos sobre autoridade, legitimidade e poder no espaço lusófono.

As resistências africanas, em particular, podem ser lidas não como mero "atraso" ou "dificuldade técnica", mas como formas de contestação epistêmica diante de um projeto

normatizador que desconsidera as especificidades linguísticas, culturais e sociais dos contextos africanos plurilíngues. Essas disputas em torno da normatização linguística não esgotam, contudo, as formas de contestação epistêmica. Para além das resistências institucionais e diplomáticas identificadas no Acordo Ortográfico, outras modalidades de desobediência epistêmica operam através da produção cultural, acadêmica e política dos países africanos, sinalizando possibilidades de reconfiguração mais profunda das relações na CPLP.

4. Resistências e Reconfigurações Epistêmicas no Espaço Lusófono

Tendo identificado tanto as estruturas de reprodução da colonialidade (tópico 2) quanto suas manifestações concretas nas políticas linguísticas (tópico 3), cabe agora examinar as múltiplas formas de resistência e reconfiguração epistêmica que emergem nos interstícios dessas hierarquias, revelando a CPLP não apenas como espaço de dominação, mas também como arena de contestação. Conforme proposto por Mignolo, os processos de "desobediência epistêmica" não se manifestam necessariamente através de rupturas institucionais dramáticas, mas frequentemente operam através de práticas sutis de ressignificação que desafiam as lógicas coloniais dominantes a partir de dentro dos próprios marcos organizacionais (MIGNOLO, 2010). Esta seção examina como a CPLP, paradoxalmente, tem se tornado também um espaço onde diferentes concepções de lusofonia competem e se rearticulam, permitindo que países do Sul Global desenvolvam narrativas alternativas sobre comunidade, língua e cooperação que tensionam as hierarquias epistêmicas eurocêntricas, mesmo quando não as confrontam diretamente.

4.1. Literatura e Academia Africanas: produção de epistemes alternativas

Uma das manifestações mais significativas de resistência epistêmica dentro do espaço lusófono encontra-se na produção literária dos países africanos, especialmente de Angola e Moçambique. Escritores e escritoras como Paulina Chiziane, Mia Couto, Ondjaki, José Eduardo Agualusa, Pepetela e Ungulani Ba Ka Khosa têm construído narrativas que, ao mesmo tempo em que utilizam a língua portuguesa como veículo de expressão, a transformam radicalmente ao incorporarem estruturas sintáticas, vocabulários, ritmos e cosmovisões das línguas bantas. Essa operação literária constitui aquilo que Mignolo denomina "pensamento fronteiriço" — a capacidade de habitar simultaneamente dois ou mais universos epistêmicos, criando conhecimentos novos a partir dessa posição de fronteira (MIGNOLO, 2011).

Paulina Chiziane, a primeira mulher moçambicana a publicar um romance, exemplifica de forma emblemática essa resistência epistêmica através da literatura. Nascida nos subúrbios

de Maputo, ela cresceu numa família protestante, onde as línguas Chope e Ronga faziam parte do cotidiano (SAES, 2021). Sua obra, especialmente romances como *Niketche: uma história de poligamia* (2002) e *O Alegre Canto da Perdiz* (2008), desconstrói as pretensões universalistas da norma linguística portuguesa ao criar uma escrita profundamente enraizada nas tradições orais moçambicanas, nos ritmos e estruturas narrativas das línguas bantas, e nas experiências históricas de colonização e resistência.

Em 2023, ao receber o Prêmio Camões — o mais prestigioso reconhecimento literário do espaço lusófono, instituído e financiado pelos governos português e brasileiro —, Chiziane proferiu um discurso que se tornou emblemático das tensões epistêmicas na lusofonia. A escritora pediu pela "descolonização da língua portuguesa", citando exemplos de palavras definidas no dicionário de forma distorcida, como "matriarcado", que aparece como "costume tribal africano" (CHIZIANE, 2023). Ao afirmar que "a língua portuguesa, para ser nossa, precisa de um tratamento, de uma limpeza, de uma descolonização" (CHIZIANE, 2023), Chiziane articulou publicamente, no coração da institucionalidade lusófona, uma crítica radical às estruturas epistêmicas que organizam o espaço da CPLP.

O discurso de Chiziane é particularmente significativo por ter sido proferido justamente no momento do recebimento de um prêmio que, por sua própria natureza, representa a consagração segundo os critérios literários metropolitanos. Ao utilizar esse espaço de legitimação institucional para questionar os fundamentos epistêmicos da lusofonia, a escritora opera aquilo que Santos denomina "sociologia das emergências" — a identificação e amplificação de práticas, conhecimentos e experiências que, embora já existentes, são invisibilizados ou marginalizados pelas estruturas de poder dominantes (SANTOS, 2007).

Mia Couto, escritor moçambicano amplamente traduzido e reconhecido internacionalmente, opera uma estratégia literária semelhante, embora com contornos distintos. Sua obra caracteriza-se pela criação de neologismos que mesclam estruturas do português com lógicas semânticas das línguas bantas, produzindo um idioma literário que, embora compreensível para falantes de português, carrega em si a marca da diferença africana (TIMBANE, 2016). Ao inventar palavras como "deslembrar", "abensonhadas" ou "desasas", Couto não apenas exhibe sua habilidade com a língua, mas realiza uma operação política: demonstra que o português africano não é uma variante ou desvio da norma europeia, mas uma língua em si mesma, com suas próprias lógicas criativas e epistêmicas, recriando a língua portuguesa com base em moçambicanismos fundamentados em seu estilo, autoria, identidade e sentimento de pertença cultural.

Como observa Timbane, "a literatura africana de língua portuguesa não representa meramente a aplicação de normas linguísticas metropolitanas em contextos diferentes, mas constitui um espaço de criação de novas epistemes linguísticas que desafiam a própria ideia de 'norma'" (TIMBANE, 2023). Nesse sentido, a produção literária africana funciona como laboratório de experimentação linguística e epistêmica, onde a língua portuguesa é constantemente reinventada a partir de outras matrizes culturais e filosóficas.

Outro espaço fundamental de resistência e reconfiguração epistêmica são as universidades dos países africanos da CPLP, onde tem crescido a produção acadêmica crítica sobre as políticas linguísticas, as assimetrias de poder na CPLP e os processos de construção identitária pós-colonial. Instituições como a Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), a Universidade Agostinho Neto (Angola), a Universidade de Cabo Verde e a Universidade Amílcar Cabral (Guiné-Bissau) têm desenvolvido programas de pesquisa e formação que problematizam criticamente o conceito de lusofonia e as hierarquias epistêmicas que ele encobre.

A linguista moçambicana Perpétua Gonçalves, por exemplo, tem dedicado décadas de pesquisa à descrição e análise do português moçambicano, demonstrando suas especificidades fonológicas, lexicais e sintáticas que o diferencia radicalmente das variedades europeia e brasileira (GONÇALVES, 2013). Ao descrever cientificamente essas especificidades — não como "erros" ou "desvios", mas como características constitutivas de uma variedade legítima — Gonçalves contribui para a construção de uma linguística decolonial que recusa os padrões normativos eurocentrados.

Da mesma forma, historiadores, antropólogos e cientistas sociais africanos têm produzido análises críticas sobre a CPLP e sobre os processos de construção da "comunidade lusófona" que revelam as continuidades entre colonialismo histórico e colonialidade contemporânea. Esses trabalhos acadêmicos, muitas vezes publicados em revistas e editoras africanas com circulação limitada no espaço internacional, constituem um corpus epistêmico alternativo que continua desafiando as narrativas dominantes sobre lusofonia produzidas nas academias portuguesa e brasileira.

A ideia de uma África primitiva, atrasada, sem história, foi uma construção europeia que serviu para justificar o colonialismo e legitimar a subordinação dos povos africanos. O conhecimento produzido sobre a África foi estruturado a partir de categorias e epistemes europeias que negavam a validade dos saberes africanos (MUDIMBE, 2019). O crescimento de programas de pós-graduação e centros de pesquisa em países africanos da CPLP representa, portanto, não apenas uma expansão quantitativa da produção acadêmica, mas uma

transformação qualitativa nas epistemologias que organizam o conhecimento sobre o espaço lusófono.

4.2. Estratégias Diplomáticas, Movimentos Sociais e os Limites da Transformação

No plano diplomático e político, os países africanos têm desenvolvido estratégias diversas para renegociar suas posições dentro da CPLP e para construir solidariedades Sul-Sul que escapem ao controle dos centros metropolitanos. A resistência angolana à ratificação do Acordo Ortográfico, analisada detalhadamente no tópico anterior, é apenas um exemplo dessas estratégias de resistência institucional.

Outro exemplo significativo é a atuação crescente dos países africanos na definição de prioridades temáticas da CPLP. Nas últimas cimeiras da organização, especialmente a partir de 2010, Angola e Moçambique têm pressionado para que a agenda da CPLP inclua com maior centralidade questões de desenvolvimento econômico, segurança alimentar, mudanças climáticas e cooperação em saúde pública — temas que refletem as urgências dos países africanos, em contraste com a ênfase tradicional em cultura e língua que dominava a agenda da organização em suas primeiras décadas.

Essa reorientação temática, embora ainda limitada, representa uma forma de contestação das prioridades estabelecidas por Portugal e Brasil. Como observa Freixo, a ampliação da agenda da CPLP para além das questões culturais e linguísticas reflete pressões dos países africanos para que a organização responda mais efetivamente às suas necessidades de desenvolvimento (FREIXO, 2006). Essa pressão opera, na prática, como questionamento da própria concepção de "comunidade lusófona" centrada exclusivamente na língua, abrindo espaço para concepções mais amplas de cooperação Sul-Sul.

Além disso, os países africanos têm buscado construir alianças entre si dentro da CPLP, articulando posicionamentos comuns em temas de interesse partilhado. Embora essas articulações ainda estejam no começo e frequentemente sejam fragmentadas pelas lógicas bilaterais que dominam a organização (conforme analisado no tópico 2), elas representam fissuras no modelo polarizado de poder que posiciona Portugal e Brasil como centros únicos de influência.

Para além dos espaços institucionais da CPLP, movimentos sociais, organizações não governamentais e redes da sociedade civil têm desempenhado papel crescente na contestação das hierarquias epistêmicas e na proposição de alternativas para a lusofonia. Movimentos de mulheres, organizações de juventude, coletivos culturais e redes de educadores têm questionado

as narrativas oficiais sobre "unidade linguística" e "fraternidade lusófona", evidenciando as desigualdades de gênero, raça, classe e geração que atravessam o espaço da CPLP.

No Brasil, por exemplo, movimentos negros têm reivindicado o reconhecimento das contribuições africanas e afro-brasileiras para a formação da língua portuguesa, contestando narrativas que atribuem exclusivamente a Portugal a "origem" do idioma. Iniciativas como o "Museu da Língua Portuguesa", em São Paulo, têm incorporado progressivamente essa perspectiva, embora ainda de forma limitada e muitas vezes folclorizada.

Em Moçambique e Angola, coletivos de artistas, escritores e ativistas culturais têm organizado festivais literários, saraus de poesia e encontros de contadores de histórias que valorizam as línguas nacionais e as tradições orais, criando espaços de circulação cultural que operam paralelamente — e muitas vezes em tensão — com as instituições oficiais de promoção do português. Essas iniciativas constituem aquilo que Santos denomina "ecologia de saberes" — o reconhecimento de que existem múltiplas formas de conhecimento igualmente válidas, que devem coexistir e dialogar em condições de horizontalidade (SANTOS; MENESES, 2010).

É fundamental reconhecer, contudo, os limites dessas formas de resistência epistêmica. Como argumenta Mignolo, a desobediência civil sem desobediência epistêmica "permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntricas" (MIGNOLO, 2008, p. 287). Sem uma mudança fundamental no pensamento e na epistemologia, as práticas de desobediência epistêmica sempre correm o risco de serem cooptadas ou neutralizadas pelas próprias estruturas de poder que buscam contestar (MIGNOLO, 2008). No caso da lusofonia, esse risco se manifesta de diversas formas.

Primeiro, a consagração de escritores africanos através de prêmios literários metropolitanos — como o Prêmio Camões recebido por Paulina Chiziane — pode funcionar tanto como plataforma de amplificação de vozes críticas quanto como mecanismo de domesticação dessas vozes segundo os critérios estéticos e políticos dos centros de poder. O reconhecimento institucional pode silenciar aspectos mais radicais das críticas ao conceder legitimidade apenas àquilo que é agradável para as audiências metropolitanas.

Segundo, a incorporação de demandas africanas na agenda da CPLP pode operar como estratégia de gestão das divergências, criando a aparência de inclusão e horizontalidade sem alterar fundamentalmente as estruturas de poder que organizam a instituição. Como observa Severo, políticas de reconhecimento da diversidade linguística e cultural podem funcionar como mecanismos de controle, na medida em que celebram diferenças superficiais enquanto mantêm intactas as hierarquias epistêmicas profundas (SEVERO; LEVISKI, 2019).

Terceiro, as próprias resistências epistêmicas frequentemente operam dentro de linguagens e marcos conceituais herdados das tradições intelectuais europeias. O uso de conceitos como "decolonialidade", "epistemologia" e "resistência" — todos oriundos de tradições filosóficas ocidentais — para articular críticas às estruturas coloniais pode reproduzir, paradoxalmente, formas de dependência intelectual. Como demonstra Achille Mbembe, esse paradoxo revela a tensão fundamental entre descolonizar o pensamento e operar com as ferramentas conceituais herdadas do colonizador (MBEMBE, 2018).

Apesar desses entraves, a análise das múltiplas formas de resistência epistêmica no espaço lusófono — da literatura africana às universidades, das iniciativas diplomáticas dos países africanos aos movimentos sociais — revela que a CPLP constitui não apenas um espaço de reprodução de hierarquias coloniais, mas também uma arena de disputas e contestações. Essas resistências, embora enfrentem limites significativos e riscos de cooptação, demonstram que o conceito de "lusofonia" está permanentemente aberto à contestação e à ressignificação.

A "desobediência epistêmica" de que fala Mignolo não é um evento único ou definitivo, mas um processo contínuo, contraditório e sempre incompleto. As vozes críticas de escritoras como Paulina Chiziane, as pesquisas de linguistas como Perpétua Gonçalves, as resistências diplomáticas de Angola, e as múltiplas iniciativas culturais e sociais que valorizam as línguas e saberes locais constituem, em conjunto, um repertório de práticas que mantém viva a possibilidade de transformação da CPLP em direção a um modelo genuinamente horizontal de cooperação entre povos.

Essas possibilidades, no entanto, só se concretizarão através de transformações estruturais profundas que vão muito além do reconhecimento simbólico da diversidade. Exigem redistribuição efetiva de poder decisório, de recursos financeiros e de autoridade epistêmica dentro da organização — mudanças que enfrentarão inevitavelmente resistências dos atores que se beneficiam das hierarquias atuais. O futuro da CPLP dependerá, em última análise, da capacidade dos países do Sul Global de articularem solidariedades que desafiem efetivamente as lógicas neocoloniais que ainda organizam a "comunidade lusófona".

5. Considerações finais: possibilidades e limites da descolonização na CPLP

A investigação sobre as disputas epistemológicas na CPLP demonstra que a organização funciona simultaneamente como espaço de reprodução de hierarquias coloniais e como arena de contestação dessas mesmas estruturas de poder. A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite sintetizar três movimentos argumentativos centrais que revelam a complexidade e as contradições da "comunidade lusófona" no século XXI.

Primeiro, a examinação das estruturas fundacionais da CPLP evidenciou como a organização foi construída sobre bases profundamente assimétricas que reproduzem a colonialidade do poder identificada por Quijano (2009). A retórica oficial de "comunidade de iguais" oculta mecanismos concretos de manutenção de hierarquias: o multilateralismo formal coexiste com práticas bilaterais que fragmentam as possibilidades de articulação Sul-Sul; a centralização institucional em Lisboa e a dependência financeira em relação a fundos luso-brasileiros perpetuam a posição metropolitana como centro de decisão; o envolvimento privilegiado de editoras portuguesas e brasileiras nas políticas culturais da CPLP estabelece critérios de legitimidade que marginalizam as produções africanas e timorenses; e a disputa entre o Instituto Camões e o Instituto Guimarães Rosa revela como mesmo as iniciativas que se apresentam como alternativas ao eurocentrismo lusitano operam dentro de lógicas que reproduzem assimetrias entre centros e periferias do espaço lusófono.

Segundo, a análise do Acordo Ortográfico como manifestação concreta dessas hierarquias demonstrou que as políticas linguísticas da CPLP não constituem questões meramente técnicas, mas territórios de intensas disputas epistêmicas sobre legitimidade, autoridade e pertencimento. As resistências africanas — particularmente a recusa angolana em ratificar o Acordo e as hesitações moçambicanas em implementá-lo — não podem ser interpretadas como "atrasos" ou "dificuldades técnicas", mas como formas de desobediência epistêmica diante de um projeto normalizador que desconsidera as realidades plurilíngues africanas e as especificidades das línguas bantas. Mesmo as resistências em Portugal e Brasil, embora movidas por motivações distintas das africanas, revelam ansiedades identitárias que expõem a fragilidade do projeto de "unificação" linguística. O Vocabulário Ortográfico Comum, apresentado como solução técnica, reproduz na prática as mesmas assimetrias ao excluir Angola e Guiné-Bissau por falta de recursos para elaborar seus vocabulários nacionais, evidenciando como a participação formal em projetos de "democratização" linguística permanece condicionada a capacidades técnicas e financeiras desigualmente distribuídas.

Terceiro, a identificação de múltiplas formas de resistência e reconfiguração epistêmica — através da literatura africana, da produção acadêmica crítica, das estratégias diplomáticas e das iniciativas da sociedade civil — revelou que a CPLP não é apenas espaço de dominação, mas também arena onde diferentes concepções de lusofonia competem e se rearticulam. O discurso de Paulina Chiziane pedindo pela "descolonização da língua portuguesa" no momento de receber o Prêmio Camões exemplifica como os próprios espaços de consagração institucional podem ser transformados em plataformas de crítica radical. A produção literária de autores como Mia Couto e a pesquisa linguística de acadêmicas como Perpétua Gonçalves

demonstram a emergência de epistemes alternativas que desafiam a naturalização das normas metropolitanas. As pressões diplomáticas africanas para ampliar a agenda da CPLP para além das questões culturais e linguísticas sinalizam possibilidades de reorientação da organização em direção a modelos de cooperação Sul-Sul mais substantivos.

Contudo, a análise também evidenciou os limites significativos dessas resistências. Como argumenta Mignolo (2011), as práticas de desobediência epistêmica sempre enfrentam riscos de cooptação pelas estruturas de poder que buscam contestar. O reconhecimento institucional de vozes críticas africanas pode funcionar como mecanismo de domesticação ao conceder legitimidade apenas àquilo que é palatável para audiências metropolitanas. A incorporação seletiva de demandas africanas na agenda da CPLP pode operar como gestão do dissenso sem alterar fundamentalmente as estruturas decisórias. Mesmo as resistências epistêmicas mais radicais frequentemente utilizam linguagens e marcos conceituais herdados das tradições intelectuais europeias, reproduzindo formas de dependência intelectual que complexificam os projetos de descolonização.

Diante desse quadro, quais são as possibilidades efetivas de transformação da CPLP em direção a relações genuinamente pós-coloniais e horizontais entre seus membros? A perspectiva decolonial mobilizada nesta pesquisa sugere que tal transformação exigiria não apenas reconhecimento simbólico da diversidade linguística e cultural, mas redistribuição concreta de poder decisório, recursos financeiros e autoridade epistêmica. Isso implicaria, entre outras medidas: descentralização geográfica da sede do Secretariado Executivo ou criação de sedes rotativas; estabelecimento de mecanismos de financiamento que não reproduzam a dependência em relação a Portugal e Brasil; garantia de participação efetiva de linguistas, intelectuais e representantes africanos nos processos de definição de políticas linguísticas; reconhecimento oficial do caráter pluricêntrico da língua portuguesa com valorização institucional das variantes africanas e timorenses; e fortalecimento de articulações horizontais entre os países do Sul Global dentro da CPLP, evitando a fragmentação promovida pelas dinâmicas bilaterais.

Tais transformações enfrentarão inevitavelmente resistências dos atores que se beneficiam das hierarquias atuais. Portugal dificilmente abdicará voluntariamente de sua posição de centro simbólico da lusofonia, consolidada ao longo de três décadas através do Instituto Camões e da centralização institucional da CPLP em Lisboa. O Brasil, embora potencialmente interessado em desafiar a hegemonia portuguesa, tende a reproduzir assimetrias em suas relações com países africanos devido à sua própria dimensão e peso econômico. As editoras metropolitanas que controlam os circuitos de legitimação cultural resistirão a políticas que redistribuam o poder simbólico no campo literário lusófono. E as próprias dinâmicas do

sistema internacional contemporâneo, marcado por desigualdades estruturais entre Norte e Sul Global, limitam as possibilidades de transformação de uma organização como a CPLP.

Ainda assim, as fissuras e contradições identificadas ao longo desta análise indicam que o conceito de lusofonia permanece aberto à contestação e à resignificação. A persistência das resistências africanas, mesmo quando parcialmente neutralizadas ou cooptadas, mantém vivas as tensões que podem, em condições históricas favoráveis, produzir rupturas mais profundas. O crescimento de uma geração de intelectuais africanos formados em universidades do continente e comprometidos com projetos de descolonização epistêmica cria condições para que narrativas alternativas sobre a lusofonia circulem com maior força. As transformações geopolíticas globais, incluindo o fortalecimento de alianças Sul-Sul para além do eixo lusófono, podem alterar os equilíbrios de poder que atualmente organizam a CPLP.

A contribuição desta pesquisa para o campo das Relações Internacionais reside em demonstrar que organizações internacionais baseadas em afinidades linguísticas e culturais não podem ser compreendidas adequadamente através de perspectivas institucionalistas convencionais que privilegiam aspectos formais de governança. A mobilização de aportes da teoria decolonial permitiu revelar como tais organizações funcionam simultaneamente como espaços de reprodução de colonialidade e como arenas de disputa epistêmica, evidenciando que o estudo das relações internacionais contemporâneas exige atenção às dimensões simbólicas, culturais e epistêmicas do poder global.

Para pesquisas futuras, este estudo sugere diversos caminhos promissores: análises comparativas entre a CPLP e outras organizações multilaterais baseadas em afinidades linguísticas (como a Francofonia e a Commonwealth) poderiam revelar padrões comuns e especificidades nas formas como antigas metrópoles coloniais mantêm influência sobre ex-colônias através de arranjos "pós-coloniais"; investigações sobre as articulações entre países do Sul Global dentro da CPLP poderiam identificar possibilidades concretas de solidariedades horizontais que desafiem as lógicas bilaterais dominantes; estudos sobre a circulação de produções culturais africanas nos circuitos metropolitanos revelariam os mecanismos através dos quais o mercado cultural global perpetua assimetrias mesmo em contextos de aparente valorização da diversidade; e pesquisas sobre as políticas linguísticas em contextos educacionais africanos permitiriam compreender como as tensões entre português e línguas nacionais são vivenciadas e negociadas cotidianamente por professores e estudantes.

A CPLP, como arena de disputas epistemológicas, permanece um objeto privilegiado para a análise crítica das continuidades e transformações nas relações entre antigas metrópoles coloniais e ex-colônias no século XXI. O conceito de lusofonia, longe de representar uma

identidade cultural harmônica e consensual, constitui um campo de batalha simbólico onde se enfrentam projetos distintos sobre o futuro das relações entre os povos que compartilham, de formas radicalmente diversas, a língua portuguesa. Compreender essas disputas não é apenas um exercício acadêmico, mas uma contribuição necessária para os projetos políticos de descolonização que seguem inacabados décadas após as independências formais.

Referências Bibliográficas:

AMORIM, R.; BALTAZAR, R.; SOARES, I. Linguistic legacies of British and Portuguese (de)colonization in Africa: (un)successful common bonds? **Public Sciences & Policies | Ciências e Políticas Públicas**, v. 6, n. 1, p. 13-31, 2020.

BAGNO, Marcos. A gramática rebelde: entrevista. [Entrevista concedida a] Gilson Camargo. **Extra Classe**, [S. l.], 26 mar. 2008. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2008/03/a-gramatica-rebelde/>. Acesso em: 26 out. 2025.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. Para desmistificar a história da língua portuguesa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 58, n. 1, p. 185-192, jan./abr. 2016.

BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro?**: um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 15. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 50. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

BAGNO, Marcos; CARVALHO, Orlene Lúcia de S. **O potencial do português brasileiro como língua internacional**. [S. l.: s. n.], [s.d.].

BRANCO, Luiza Katia Castello. Lusofonia e CPLP: impossibilidade de outros imaginários de línguas. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 22, n. 31, p. 73-100, jan./jun. 2015.

CAHEN, Michel. 1996-2016 – A CPLP, uma organização para quê? **Portuguese Studies Review**, v. 23, n. 1, p. 67-96, 2015.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 16 out. 2025.

CHIZIANE, Paulina. **Discurso de aceitação do Prêmio Camões 2021**. Lisboa, 5 maio 2023. Disponível em: <https://youtu.be/xCCzfdQJ09Q>. Acesso em: 16 out. 2025.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Declaração constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa, 17 jul. 1996. Disponível em: <https://www.cplp.org/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa: CPLP, 2007. Disponível em: <https://www.cplp.org/>. Acesso em: 7 jun 2025.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Histórico e estrutura organizacional**. Lisboa, 2024. Disponível em: <https://www.cplp.org>. Acesso em: 14 out. 2024.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Lista dos Observadores Consultivos e das Comissões Temáticas de Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa, nov. 2024.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Manual da Cooperação da CPLP**. Aprovado na XLI RPFC. Lisboa: Secretariado Executivo da CPLP, abr. 2021.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Plano operacional para a promoção e difusão da língua portuguesa 2021–2026**. Lisboa: CPLP, 2021.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Secretários Executivos da CPLP**. Lisboa, 2024. Disponível em: <https://secretariadoexecutivo.cplp.org/secretarios-executivos-anteriores/>. Acesso em: 14 out. 2024.

DESCOLONIZAÇÃO das políticas linguísticas: letramento crítico para a valorização da diversidade. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], [s.d.].

DEUMERT, Ana; STORCH, Anne; SHEPHERD, Nick (Ed.). **Colonial and Decolonial Linguistics: Knowledges and Epistemes**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

FARACO, Carlos Alberto. A linguística serve para alguma coisa? Questões de política linguística. **Revista Letras**, Curitiba, n. 56, p. 33-41, jul./dez. 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **História do português**. São Paulo: Parábola Editorial, [s.d.]. (Linguística para o ensino superior, 3).

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (Na ponta da língua, 12).

FERNANDES, Rui. **CPLP: a ação do Brasil e de Portugal em África**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012.

FREIXO, Adriano de. **A Língua Portuguesa como Utopia: Agostinho da Silva e o Ideal da Comunidade Lusófona**. [S. l.: s. n.], [s.d.].

FREIXO, Adriano de. Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa. **Relações Internacionais**, n. 10, p. 75-88, jun. 2006.

GONÇALVES, Perpétua. **A Gênese do Português de Moçambique**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

HERKENHOFF, Paulo; FINGUERUT, Silvia (Org.). **Minha pátria é minha língua: interseções luso-brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

A LÍNGUA portuguesa como invenção histórica. [S. l.: s. n.], 2015.

LOPES, Carlos. **África: de colônias a nações – economia e sociedade**. Lisboa: Escolar Editora, 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, 2017.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. **Revista X**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. O controle dos corpos e dos saberes. Entrevista com Walter Mignolo. Tradução André Langer. **Revista IHU**, São Leopoldo, jul. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/533148o-controle-dos-corpos-e-dos-saberes-entrevista-com-walter-mignolo>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

MOURA, Cristina Patriota de; FREIXO, Adriano de. **Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa**. [S. l.: s. n.], [s.d.].

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Governança da migração na comunidade dos países de língua Portuguesa: áreas bem desenvolvidas e oportunidades de desenvolvimento**. Genebra: OIM, 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RIBEIRO, António Pinto. **Para acabar de vez com a lusofonia**. Lisboa: Tinta-da-China, 2018.

RIBEIRO, António Pinto. Para acabar de vez com a lusofonia. **Lusotopie**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 220-226, 2018.

SAES, Stela. Trajetória contemporânea em territórios africanos: as experiências romanescas de Paulina Chiziane em Moçambique e Sefi Atta na Nigéria. **Caderno Seminal**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 798-836, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/58529>. Acesso em: 16 out. 2025.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial**: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SARAIVA, José Flávio S. **África parceira do Brasil atlântico**: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SARAIVA, José Flávio S. África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, p. 427-433, 2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África no ordenamento internacional do século XXI: uma interpretação brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 75-106, jul. 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 30, n. 118, p. 219-232, abr./jun. 1993.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília: EdUnB, 1997.

SEVERO, Cristine G.; LEVISKI, Charlott S. Língua portuguesa e lusofonia: discursos e ideologias linguísticas. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 1-33, 2019.

SEVERO, Cristine Gorski. Lusofonia, colonialismo e globalização. **Cadernos de Linguística e Tradução**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 1321-1339, 2016.

SEVERO, Cristine Gorski; LEVISKI, Charlott Eloize. **Internacionalização da língua portuguesa**: assimetrias, heterogeneidade e poder. [S. l.: s. n.], [s.d.].

SEVERO, Cristine Gorski; MAKONI, Sinfree. **Políticas linguísticas Brasil-África**: por uma perspectiva crítica. Florianópolis: Insular, 2015. (Coleção Linguística, v. 5).

SILVA, Shirley Adriana de Sousa. **Língua Portuguesa e Multiletramentos**: diálogo possível na Base Nacional Comum Curricular do Novo Ensino Médio? 2022. Tese (Doutorado em

Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

SILVA, Shirley Adriana Sousa. Políticas linguísticas críticas e descolonização do português na CPLP. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). **Língua portuguesa e colonialidade**. São Paulo: Parábola, 2019. p. 255–272.

TIMBANE, Alexandre António. As marcas de autoria em Mía Couto. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, v. 21, p. 149-170, maio/ago. 2016.

TIMBANE, Alexandre António. **Políticas linguísticas de internacionalização do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa**: caminhos e desafios do português africano. [S. l.: s. n.], [s.d.].

TIMBANE, Alexandre António; FREITAG, Raquel Meister Ko. **As línguas africanas e o português na África lusófona**: reflexões, descrições e políticas de ensino. Belém: Home Editora, 2023.

TIMBANE, Alexandre António; FREITAG, Raquel Meister Ko. (Org.). **As línguas africanas e o português na África lusófona**: reflexões, descrições e políticas de ensino. São Carlos: Home Editora, 2023. DOI: 10.46898/home.